

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFMG

OFERTA DE DISCIPLINAS

ANO E SEMESTRE

2026/2

PROFESSOR(ES)					
Profa. Dra. Jamile Bergamaschine Mata Diz					
CÓDIGO DA DISCIPLINA (VER TABELA DISPONÍVEL NO CAMPO FORMULÁRIOS NO SÍTIO ELETRÔNICO DO PROGRAMA)					
DIR871					
TEMA (VER TABELA DISPONÍVEL NO CAMPO FORMULÁRIOS NO SÍTIO ELETRÔNICO DO PROGRAMA)					
TEMAS DE DIREITO COMUNITARIO, INTEGRAÇÃO E EMERGÊNCIAS TECNOLÓGICAS GLOBAIS					
SUBTEMA (LIVREMENTE ESCOLHIDO PELO DOCENTE)					
Impactos do Acordo União Europeia–Mercosul sobre os setores econômicos brasileiros					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
(X) Sim () Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
(X) Sim () Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
terça-feira	13h30-17h	60	4	20	REGULAR - PRESENCIAL
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
(X) Não () Sim Qual: parcialmente em inglês e espanhol					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?	
(X) Sim () Não	
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO (UNIDADE)
Prof. Dr. Tarin Mont'Alverne	Universidade Federal do Ceará
Profa. Dra. Liziane Paixão Oliveira	UNICEUB
Prof. Dr. Gustavo García	UFMG
Profa. Dra. Alice Rocha	CEUB
Prof. Dr. Pedro Duarte	Parlamento Europeu
Prof. Dr. Tiago Almeida	CEDIN
Prof. Dr. Diego Scuder	CEJM-UFMG
Prof. Dr. Roberto Labrano	Universidade Nacional de Assunção
Profa. Dra. Liliana Bertoni	Universidad de Buenos Aires

EMENTA
A disciplina tem por objetivo analisar os fundamentos jurídicos, econômicos e institucionais do Acordo de Associação entre a União Europeia e o Mercosul, com especial enfoque nos impactos produzidos sobre os diferentes setores econômicos brasileiros. Parte-se da compreensão do processo de integração europeia e do desenvolvimento do Mercosul como experiências de integração regional que influenciam a formulação de regras comerciais, regulatórias e de governança econômica contemporâneas. A disciplina examinará a estrutura jurídica do Acordo UE-Mercosul, seus mecanismos de liberalização comercial, cooperação regulatória e promoção do desenvolvimento sustentável, avaliando os efeitos potenciais sobre setores estratégicos da economia brasileira, como agronegócio, indústria, serviços, energia, infraestrutura, economia digital e cadeias globais de valor. Serão igualmente analisadas as novas exigências normativas europeias relacionadas à sustentabilidade, direitos humanos, rastreabilidade produtiva, governança corporativa e transição energética, bem como seus reflexos para a competitividade das empresas brasileiras e para a inserção internacional do Brasil. O conteúdo da disciplina abrange, principalmente, os seguintes tópicos: i) Fundamentos jurídicos e institucionais da integração europeia, do Mercosul e do Acordo União Europeia–Mercosul; ii) Comércio internacional, integração econômica e harmonização regulatória entre os blocos;

- iii) Impactos do Acordo sobre os principais setores econômicos brasileiros: agronegócio, indústria, serviços e economia digital;
- iv) Sustentabilidade, transição energética e novas exigências regulatórias europeias para o acesso ao mercado;
- v) Governança corporativa, direitos humanos e cadeias produtivas globais;
- vi) Investimentos, competitividade, desenvolvimento econômico e oportunidades para o Brasil no contexto das relações entre União Europeia e Mercosul.

BIBLIOGRAFIA

- FERNANDEZ, Susana Aguilar. Hacia el Desarrollo Sostenible - Evolución y tendencias de la política europea de medio ambiente. Revista Internacional de Sociología. Tercera Época, n° 35, mayo/agosto 2003, pp. 53-80.
- HESPANHA, António Manuel. (2005) Cultura Jurídica Européia; síntese de um milênio. Florianópolis: Fundação Boiteux.
- LLOMBART, Pablo Amat; PERIS, Rita Monfort. Génesis y consolidación del principio de desarrollo sostenible - Su aplicabilidad al desarrollo territorial del medio rural español. LandAS - International Journal of Land Law & Agricultural Science, n. 08, 2003, pp. 29-48.
- LOWE, Vaughan. Sustainable development and unsustainable arguments. In: International law and sustainable development: past achievements and future challenges. BOYLE, Alan E and FREESTONE, Daniel(eds.). Oxford: Oxford University, 1999.
- MOLINA DEL POZO, Carlos Francisco. Manual de Derecho de la Comunidad Europea, 4ª edición, Dijosa, Madrid, 2002.
- MOLINA DEL POZO, Carlos F. Molina; MATA DIZ, Jamile. Meio ambiente e União Europeia: o desenvolvimento sustentável a partir do enfoque do direito comunitário In: Nova ordem ambiental internacional e desenvolvimento sustentável. MATA DIZ, Jamile B. (org.) Belo Horizonte: Arraes, 2014, p. 1-14.
- PLAZA MARTIN, Carmen. Medio ambiente en la Unión Europea. In: Tratado de derecho ambiental. Alvarez, Luis Ortega; GARCÍA, Consuelo A. Valencia: Tirant lo Blanch, 2013.
- POZO, C. F. M., DIZ, J. B. M. La distribución de competencias en el nuevo diseño de la Unión Europea: del Acta Única Europea al Tratado de Lisboa. Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, v.43, p.45 - 78, 2013.

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

- ELKINGTON, John. Enter the Triple Bottom Line. In: HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie. The Triple Bottom Line, Does It All Add Up?: Assessing the Sustainability of Business and CSR. London. Earthscan Publications Ltd., 2004, p. 1-16. Disponível em: <<http://kmhassociates.ca/resources/1/Triple%20Bottom%20Line%20a%20history%201961-2001.pdf>>, acesso em 09 abr 2016.
- Comunicação da Comissão. A sustainable Europe for a Better World: an European Union Strategy, 264 final, de 15 de maio de 2001.
- JANS, Jan H.; VEDDER, Hans H.B. European Environmental Law. Europa Law Publishing, Groningen 2008. Third edition. Electronic copy available at: <http://ssrn.com/abstract=2082895> acesso em 12/06/2017.
- Comité Económico e Social Europeu. Parecer sobre a Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um programa geral de ação da União para 2020 em matéria de ambiente “Viver bem, dentro das limitações do nosso planeta” COM(2012) 710 final – 2012/0337 (COD), 2013.
- Committee of the Regions. White Paper in Coopenergy Consotium, 2015, A Guide for Multi-Level Governance for Local and Regional Authorities, disponível em [https://cor.europa.eu/en/engage/studies/Documents/Sustainable%20Energy%20Action%20Plans%20\(SEAP\).pdf](https://cor.europa.eu/en/engage/studies/Documents/Sustainable%20Energy%20Action%20Plans%20(SEAP).pdf), acesso em 27/06/2019.
- Agência Europeia do Ambiente. Environmental indicator report 2018 - In support to the monitoring of the Seventh Environment Action Programme. 2018, disponível em <https://www.eea.europa.eu/publications/environmental-indicator-report-2018>, acesso em 22/04/2019.
- Agência Europeia do Ambiente. Environmental indicator report 2018 - In support to the monitoring of the Seventh Environment Action Programme. 2018, disponível em <https://www.eea.europa.eu/publications/environmental-indicator-report-2018>. Acesso em: 16 dez. 2024.



FACULDADE DE DIREITO UFMG

DIREITO

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A participação dos professores convidados (externos) se dará ao longo do semestre, conforme a agenda e disponibilidade dos mesmos, podendo se realizar, conforme o recorte temático, por carga horária modular concentrada.

Esta disciplina é parte integrante do Projeto do Centro de Excelência Europeu Jean Monnet da UFMG intitulado World's impact of sustainability: the domain of the model of European Union and the relation with Mercosur – WISDOM II, ERASMUS-JMO-2023-HEI-TCH- RSCH, nº 101127643.